



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , **DE 2025.**
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da casa civil, a respeito do vídeo publicado pela ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, o qual se referia ao crédito consignado aos celetistas, o “Crédito do Trabalhador”, como “empréstimo do Lula”, em clara promoção pessoal ao Presidente da República.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Casa Civil, a respeito do vídeo publicado pela ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, o qual se referia ao crédito consignado aos celetistas, o “Crédito do Trabalhador”, como “empréstimo do Lula”, em clara promoção pessoal ao Presidente da República.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) O governo concorda que a declaração da Ministra Gleisi Hoffmann, associando um programa de política pública, como o “Crédito do Trabalhador”, à imagem pessoal do Presidente da República, caracteriza uma violação ao princípio da impessoalidade da administração pública, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal?*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 25/03/2025 18:42:25.900 - Mesa

RIC n.1002/2025

- 2) *Quais medidas o governo adotará para investigar essa possível violação ao princípio da impessoalidade e garantir que a comunicação de programas do governo seja feita de forma institucional e sem enaltecimento de figuras políticas?*
- 3) *O governo considera apropriado que um membro da administração pública, como a Ministra Gleisi Hoffmann, use um programa governamental para promover diretamente a imagem do Presidente da República?*
- 4) *Quais são as diretrizes e orientações dadas aos membros do governo sobre o uso de plataformas públicas e recursos oficiais para a comunicação de políticas públicas, a fim de evitar qualquer associação que possa ser interpretada como promoção pessoal ou partidária?*
- 5) *O governo possui algum procedimento estabelecido para analisar e corrigir a comunicação de políticas públicas quando há a possibilidade de promoção pessoal ou uso indevido da imagem de autoridades, como ocorreu no caso do vídeo divulgado pela Ministra Gleisi Hoffmann?*
- 6) *Quais ações o governo tomará para garantir que a comunicação de programas como o “Crédito do Trabalhador” seja realizada de forma neutra, destacando os benefícios do programa para a população, sem vínculos partidários ou pessoais?*
- 7) *A Secretaria de Relações Institucionais foi formalmente orientada sobre a condução da comunicação relacionada aos programas do governo, para assegurar que não haja violação de princípios administrativos, como a impessoalidade e a moralidade?*
- 8) *A Ministra Gleisi Hoffmann receberá alguma advertência ou orientação formal sobre a veiculação do vídeo e sobre a associação entre a imagem do Presidente da República e o programa “Crédito do Trabalhador”?*
- 9) *Quais são os procedimentos adotados para garantir que a comunicação de programas governamentais, como o “Crédito do Trabalhador”, seja clara, objetiva e*



* C D 2 5 4 9 6 3 3 3 7 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

institucional, sem qualquer desvio que possa comprometer a imparcialidade e a confiança da população?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro-chefe da Casa Civil entenda como pertinentes, visando esclarecer a atuação do governo em relação ao uso de plataformas públicas para a promoção de figuras políticas e assegurar que os programas públicos sejam tratados de forma imparcial.

JUSTIFICAÇÃO

É com grande preocupação que observamos o vídeo¹ publicado pela ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, no qual ela se refere ao “Crédito do Trabalhador”, um programa voltado para o crédito consignado aos celetistas, de forma inadequada e, aparentemente, em clara promoção pessoal ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme notícia veiculada pelo portal “Poder 360”², a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, apagou um vídeo publicado no dia, 23 de março do corrente ano, em suas redes sociais, no qual se referia ao crédito consignado aos celetistas, o “Crédito do Trabalhador”, como “empréstimo do Lula”. Na gravação, Gleisi afirmava que a nova linha de crédito era uma alternativa para quem enfrenta dificuldades financeiras. “Apertou o orçamento? O juro tá alto? Pega o empréstimo do Lula”, disse.

Destaca-se que no vídeo, a ministra faz uma associação explícita do programa com o “empréstimo do Lula”, sugerindo que o benefício, que deveria ser tratado como uma política pública destinada a atender os

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=COuJKWMJalc>

² <https://www.poder360.com.br/poder-governo/gleisi-apaga-video-do-emprestimo-do-lula/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 25/03/2025 18:42:25.900 - Mesa

RIC n.1002/2025

interesses e necessidades dos trabalhadores, se trata de uma ação pessoal do Presidente. Esse tipo de postura não apenas desvirtua o caráter institucional da medida, mas também coloca em xeque a imparcialidade necessária na condução de políticas públicas que devem, acima de tudo, priorizar os cidadãos e não a promoção de figuras políticas individuais.

Em um momento onde a credibilidade das instituições públicas e a confiança da sociedade nas ações do governo são essenciais, é imperativo que as políticas sejam apresentadas de forma clara, transparente e institucional, sem vinculação de qualquer tipo de interesse pessoal ou político. O tratamento de um benefício como algo de "propriedade" de um governante compromete a confiança dos cidadãos na imparcialidade do Estado e enfraquece a distinção entre o público e o privado.

Além disso, ao fazer esse tipo de associação, a ministra pode estar contribuindo para uma distorção do debate público, transformando o “Crédito do Trabalhador” em um instrumento de promoção política e não em uma medida de apoio ao trabalhador brasileiro. A sociedade deve poder confiar que políticas públicas, como o crédito consignado, sejam discutidas e promovidas de maneira técnica e isenta, sem conotações partidárias ou pessoais.

Pelo exposto, é fundamental que as autoridades responsáveis pela administração pública e pela comunicação governamental garantam que ações voltadas ao bem-estar da população não sejam utilizadas como uma ferramenta de marketing político ou promoção pessoal, a fim de preservar a integridade das políticas públicas e a confiança dos cidadãos no governo.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

